



ESCOLA SECUNDÁRIA DE SERPA
FICHA DE TRABALHO DE HISTÓRIA Nº4

HISTÓRIA – 11ºANO

Ano letivo 2022/2023

I – Observe o conjunto de documentos apresentados:

A EUROPA DOS ESTADOS ABSOLUTOS E A EUROPA DOS PARLAMENTOS

DOC. 1 OS TEXTOS CONSTITUCIONAIS DA INGLATERRA: DA MAGNA CARTA AO ACT OF SETTLEMENT

A [Inglaterra] tem uma Constituição não escrita [...]. Isto não significa que não haja algumas leis constitucionais escritas: mas essas leis são simples parcelas do edifício político britânico, construído sobretudo através de uma longa evolução histórica [...].

Os textos escritos não estão codificados, conservando a sua autonomia histórica. O primeiro dos textos que formam a Constituição inglesa é a *Magna Carta* que os barões do reino impuseram a João Sem Terra em 1215. Vencido na guerra no continente, hostilizado pela Santa Sé e desprovido de recursos financeiros, o rei teve de resignar-se a firmar um documento em que se comprometia a respeitar os privilégios ou liberdades dos três estados do reino. A Liberdade da Igreja, as prerrogativas municipais, a moderação da tributação dos mercadores, o direito que cada um tem a não ser condenado senão após julgamento pelos seus pares [...], o direito de todo o homem a que lhe seja feita justiça... - são os princípios consignados na *Magna Carta* que, assim, constitui uma espécie de foral da nação, um pacto que nenhuma das partes - o rei e o país - podem violar.

A *Magna Carta* foi confirmada pelos sucessores de João Sem Terra. Escrita em latim, poucos conheciam o seu exato teor e apenas no século XVI é que veio a ser traduzida em inglês [...].

No século XVII aparecem novas leis constitucionais. No reinado de Carlos I travou-se a luta, ao princípio respeitosa, entre o Parlamento e a Coroa: o Parlamento queria afirmar a sua supremacia e o direito a criticar e a responsabilizar os conselheiros do Rei, enquanto o Soberano pretendia manter intacto o seu poder de decidir e comandar como chefe da nação. Mal sucedido na guerra, o Rei convocou em 1628 um Parlamento que, aproveitando a má situação do monarca, lhe apresentou a *Petition of Right* que ele teve de deferir.

A *Petition of Right* protesta contra o lançamento de impostos sem o consentimento do Parlamento, contra as prisões arbitrárias, contra o uso da Lei marcial em tempo de paz e o aboletamento*. Não se confunda a *Petition* com o *Bill of Rights* de 1689. Depois de 1628, [...], produziu-se a revolução inglesa de 1640 que conduziu à deposição e à decapitação do rei.

Cromwell foi então o Lorde Protetor de uma República de curta duração durante a qual foi redigida uma Constituição escrita que só durou mais dois anos que o ditador. Em 1660 a monarquia foi restaurada e Carlos II subiu ao trono. Sucedeu a este rei, em 1685, seu irmão, Jaime II, que era católico e que pretendeu reverter a Inglaterra à Igreja romana. A reação daí resultante produziu a revolução de 1688 que depôs o último soberano da dinastia dos Stuarts negando o direito divino dos reis e invocando a existência de um pacto entre a Nação e o Soberano. Essa revolução chamou ao trono a filha do rei, Maria, casada com um príncipe holandês, seu primo Guilherme de Orange [...]. O Parlamento, porém, condicionou a aclamação dos novos monarcas à aceitação de uma declaração de direitos, que é o *Bill of Rights*. Este [...] enumera uma série de atos que o rei não pode cometer por serem ilegais, o que significa que o rei está submetido ao Direito resultante do costume sancionado pelos tribunais, o Direito Comum aplicável a todos [...]. [A Declaração] consigna várias garantias políticas: consagra o direito de petição; assegura a liberdade e inviolabilidade dos membros do Parlamento no exercício das suas funções e a reunião regular das câmaras, condena os tribunais de exceção; considera ilegal a suspensão de leis ou o favor régio que dispense alguém do cumprimento da lei; estabelece que o rei não pode lançar tributos nem organizar ou manter um exército permanente a não ser com o consentimento do Parlamento [...].

A Coroa, atribuída pelo Parlamento aos novos soberanos, ficava, assim, estreitamente dependente dele. No último ano do reinado de Guilherme III - 1701 -, o Parlamento votou o *Act of Settlement*, segundo o qual só pode subir ao trono [...] um príncipe de religião anglicana e que prescreve novas disposições para impedir o rei de governar sem o Parlamento, de prejudicar a supremacia parlamentar ou de influir na consciência dos juizes.

[...]

Marcello Caetano, *Manual de Ciência Política e Direito Constitucional*, Tomo I, 6.ª edição, Almedina, Coimbra 2012, pp. 45-48.

*alojamento permanente de soldados nas casas particulares

A partir da leitura do doc.1, identifique, as opções corretas para cada uma das afirmações:

a) **A Inglaterra detém uma constituição não codificada porque:**

1. A constituição não é escrita.
2. As leis constitucionais são apenas fruto da tradição.
3. Assenta na evolução histórica.
4. Associa um conjunto de textos constitucionais que se foram afirmando.

b) **A *Magna Carta*:**

1. É o primeiro texto da constituição inglesa.
2. É datado do século XVI.
3. Garante os direitos dos indivíduos.
4. Obriga o rei a cumprir determinados princípios.

c) **A *Petition of Rights* data do século XVII:**

1. Em consequência da luta que opôs o rei Carlos I ao Parlamento.
2. Permite ao rei manter a arbitrariedade.
3. Submete a ação do rei ao Parlamento.
4. Foi escrupulosamente cumprida por Carlos I.

d) **O *Bill of Rights*:**

1. Impede o absolutismo.
2. Confirma a dependência do rei face ao Parlamento.
3. Faz parte da Constituição da Inglaterra.
4. Permite que o monarca faça exceções à lei.
- 5.

2. A sociedade inglesa recusou o absolutismo e consagrou a monarquia parlamentar em 1689, com a Declaração dos Direitos. Foram vários os acontecimentos e as personalidades ligadas ao período da afirmação do parlamentarismo. Faça corresponder os elementos da coluna A aos da coluna B:

COLUNA A	COLUNA B
a) Carlos I	1. Opôs, entre 1640 e 1649, os defensores do rei (os realistas ou Wighs) aos apoiantes do parlamento, os "cabeças redondas"
b) <i>Petição dos Direitos</i>	2. Em 1660 assegurou restauração da monarquia e devolveu ao parlamento o seu poder
c) <i>Habeas Corpus</i>	3. Defendeu a ideia de que o poder político assentava num contrato entre o soberano e a nação e que os súbditos tinham legitimidade para depor o monarca, caso este não cumprisse o contrato
d) Guerra civil	4. Processo que levou ao poder Guilherme de Orange e Maria Stuart e que contribuiu para a afirmação do parlamentarismo
e) Oliver Cromwell	5. Sistema político em que os poderes políticos estão separados e o parlamento representativo da nação detém o poder legislativo, ficando o rei com o poder executivo
f) Carlos II	6. Lei promulgada em 1679, por Carlos II, e que impede a prisão sem culpa formada
g) Jaime II	7. Governou de forma absoluta, no período que ficou conhecido como a "Tiranía dos onze anos", entre 1629 e 1640 e acabou por ser executado
h) Revolução Gloriosa	8. Era católico defensor do absolutismo, o que suscitou uma outra crise com o parlamento e com os seus súbditos, acabando por se refugiar em França
i) Parlamentarismo	9. Documento escrito apresentado ao rei em 1628, onde se recomendava que os direitos dos súbditos fossem respeitados, nomeadamente as liberdades individuais.
j) John Locke	10. Tornou-se Lorde Protetor da República, pela nova constituição aprovada em 1653 e acabou por governar de forma ditatorial

BOM TRABALHO

Adaptado: Manual Porto Editora/Areal Editores

